



LEI Nº 2.786/2012
CRATO/CE, 28 DE JUNHO DE 2012.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Crato, Estado do Ceará, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Crato, Estado Do Ceará, para o exercício de 2013 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2013, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 407/11 do STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 407/11 do STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:



01.00.00 ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2013, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2012 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resul-



tantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 407/2011 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada



por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o da Portaria nº 407/2011-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.



METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 407/11-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2013, 2014 e 2015.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.



Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2013, 2014 e 2015.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2013 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2013 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).



Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2013, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2012 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2012.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - A LOA para o exercício de 2013 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas,



como também, autorizar o chefe do Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% do total fixado no orçamento. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2013, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 45 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício finan-



ceiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2013, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2013 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).



Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2013, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2013.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2013, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2012, acrescida de 10% obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.



Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.


Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.



Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Crato, Estado do Ceará, em 28 de junho de 2012.



Samuel Vilar de Alencar Araripe
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARA
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÕES	Realizada		Orçada		Prevista	
	2011	2012	2013	2014	2015	2015
RECEITAS CORRENTES	148.470.252,17	168.838.620,32	187.408.648,56	205.212.470,17	221.829.467,78	
Receita Tributária	8.473.422,52	8.002.260,90	8.882.509,60	9.726.348,01	10.504.455,85	
Impostos	7.435.149,70	7.271.160,39	8.070.988,03	8.837.731,90	9.544.750,45	
Taxas	1.038.272,82	730.100,51	810.411,57	887.400,66	958.392,72	
Contribuição de Melhoria		1.000,00	1.110,00	1.215,45	1.312,69	
Receita de Contribuições	6.167.759,91	7.210.800,56	8.003.988,62	8.764.367,54	9.465.516,94	
Contribuições Sociais	5.961.437,63	6.960.800,56	7.726.488,62	8.460.505,04	9.137.345,44	
Contribuições Econômicas	208.322,28	250.000,00	277.500,00	303.862,50	328.171,50	
Receita Patrimonial	1.354.354,42	1.544.305,18	1.714.178,75	1.877.025,73	2.027.187,79	
Aplicações Financeiras	1.346.140,57	1.501.878,16	1.667.084,76	1.825.457,81	1.971.494,43	
Outras Receitas Patrimoniais	8.213,85	42.427,02	47.093,99	51.567,92	55.693,36	
Receita de Serviços	65.155,40	81.645,90	90.626,51	99.238,02	107.174,90	
Transferências Correntes	128.884.095,37	148.808.139,58	165.177.034,93	180.868.853,25	195.338.361,51	
Transferências da União	74.792.949,12	84.084.628,99	93.333.938,18	102.200.662,31	110.376.715,29	
Transferências dos Estados	16.385.502,22	18.118.706,69	20.111.764,43	22.022.382,05	23.784.172,61	
Transferências dos Municípios						
Transferências Multigovernamentais	36.472.033,86	43.621.647,60	48.420.028,84	53.019.931,58	57.261.526,10	
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas		2.000,00	2.220,00	2.430,90	2.625,37	
Transferências de Convênios	1.233.610,17	2.961.156,30	3.309.083,49	3.623.446,42	3.913.322,14	
Outras Receitas Correntes	3.525.464,55	3.189.468,60	3.540.310,15	3.876.639,61	4.186.770,78	
Multas e Juros de Mora	690.846,61	835.643,17	927.563,92	1.015.682,49	1.096.937,09	
Indenizações e Restituições	90.379,38	20.000,00	22.200,00	24.309,00	26.253,72	
Receita da Dívida Ativa	1.237.517,87	1.519.438,25	1.686.576,46	1.846.801,22	1.994.545,32	
Receitas Diversas	1.516.720,69	814.387,18	903.969,77	989.846,90	1.069.034,65	
RECEITAS DE CAPITAL	1.348.565,40	14.107.000,00	15.658.770,00	17.146.353,15	18.518.061,40	
Operações de crédito		4.890.000,00	5.427.900,00	5.943.550,50	6.419.034,54	
Amortização de empréstimos						
Alienações de Bens	344.360,00	120.000,00	133.200,00	145.854,00	157.522,32	
Transferência de Capital	1.004.205,40	9.097.000,00	10.097.670,00	11.056.948,65	11.941.504,54	
Transferência de Convênio	919.414,18	9.013.000,00	10.004.430,00	10.954.850,85	11.831.238,92	
Outras Receitas de Capital	84.791,22	84.000,00	93.240,00	102.097,80	110.265,62	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.707.202,77	6.691.904,87	7.650.014,41	8.376.765,77	9.046.907,04	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	3.707.202,77	6.691.904,87	7.650.014,41	8.376.765,77	9.046.907,04	
DEDUÇÕES	(9.764.484,73)	(11.432.576,71)	(12.699.160,15)	(13.895.725,36)	(15.007.363,39)	
Deduções da receita p/ Formação do Orçamento	(9.764.484,73)	(11.432.576,71)	(12.699.160,15)	(13.895.725,36)	(15.007.363,39)	
TOTAL	140.761.535,61	178.402.948,48	198.027.272,81	216.839.863,73	234.187.052,83	

A



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESA



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada	Orçada			Previsão		
	2011	2012	2013	2014	2015		
DESPESAS CORRENTES (I)	130.786.171,61	142.293.756,11	157.946.069,28	172.950.945,86	186.787.021,53		
Pessoal e Encargos Sociais	66.715.890,36	77.522.950,49	86.050.475,04	94.225.270,17	101.763.291,79		
Juros e Encargos da Dívida		18.000,00	19.980,00	21.878,10	23.628,35		
Outras Despesas Correntes	64.070.291,25	64.752.805,62	71.875.614,24	78.703.797,59	85.000.101,40		
DESPESAS DE CAPITAL (II)	12.530.569,89	22.254.138,84	24.702.094,11	27.048.793,05	29.212.696,50		
Investimentos	10.695.598,82	19.337.476,30	21.464.598,69	23.503.735,57	25.384.034,41		
Inversões Financeiras	84.791,22	780.000,00	865.800,00	948.051,00	1.023.895,08		
Amortização Financeira	1.749.779,85	2.136.662,54	2.371.695,42	2.597.006,48	2.804.767,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		13.855.053,53	15.379.109,42	16.840.124,81	18.187.334,80		
TOTAL	143.316.741,50	178.402.948,48	198.027.272,81	216.839.863,73	234.187.052,83		

A



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III- RESULTADO PRIMÁRIO



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas	Orçado	Previsto		
	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES (I)	141.066.829,64	162.794.070,32	180.821.451,97	197.999.489,91	213.839.449,10
Receita Tributária	8.473.422,52	8.002.260,90	9.002.543,51	9.857.785,15	10.646.407,96
Receita de Contribuição	9.874.962,68	14.102.705,43	15.654.003,03	17.141.133,31	18.512.423,98
Receita Patrimonial Líquida	8.213,85	42.427,02	47.093,99	51.567,92	55.693,36
Aplicações Financeiras (II)	1.346.140,57	1.501.878,16	1.667.084,76	1.825.457,81	1.971.494,43
Outras Receitas Patrimoniais	1.354.354,42	1.544.305,18	1.714.178,75	1.877.025,73	2.027.187,79
Receita de Serviços	65.155,40	81.645,50	90.626,51	99.236,02	107.174,90
Transferências Correntes	128.884.095,37	148.808.139,58	165.177.034,93	180.868.853,25	195.338.361,51
Demais Receitas Correntes	3.525.464,55	3.189.468,60	3.540.310,15	3.876.639,61	4.186.770,78
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	(9.764.484,73)	(11.432.576,71)	(12.690.160,15)	(13.895.725,36)	(15.007.383,39)
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	141.058.615,79	162.751.643,30	180.774.357,98	197.947.921,98	213.783.755,74
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.348.565,40	14.107.000,00	15.658.770,00	17.146.353,15	18.518.061,40
Operações de Crédito (V)	0,00	4.890.000,00	5.427.900,00	5.943.550,50	6.419.034,54
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	344.360,00	120.000,00	133.200,00	145.854,00	157.522,32
Transferência de Capital	919.414,18	9.013.000,00	10.004.430,00	10.954.850,85	11.831.238,92
Outras Receitas de Capital	84.791,22	84.000,00	93.240,00	102.097,80	110.265,62
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII-VIII)	1.004.205,40	9.097.000,00	10.097.670,00	11.056.948,65	11.941.504,54
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	142.062.821,19	171.848.643,30	190.872.027,98	209.004.870,63	225.725.260,29
DESPESAS CORRENTES (X)	130.786.171,61	142.293.756,11	157.946.069,28	172.950.945,86	186.787.021,53
Pessoal e Encargos Sociais	66.715.880,36	77.522.950,49	86.050.475,04	94.225.270,17	101.763.291,79
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	18.000,00	19.980,00	21.878,10	23.628,35
Outras Despesas Correntes	64.070.291,25	64.752.805,62	71.875.614,24	78.703.797,59	85.000.101,40
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	130.786.171,61	142.275.756,11	157.926.089,28	172.929.067,76	186.763.393,19
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	12.530.569,89	22.254.138,84	24.702.094,11	27.048.793,05	29.212.696,50
Investimentos	10.695.998,82	19.337.476,30	21.464.598,69	23.503.735,57	25.384.034,41
Inversões Financeiras	84.791,22	780.000,00	865.800,00	948.051,00	1.023.895,08
Amortização da Dívida (XIV)	1.749.779,85	2.136.662,54	2.371.695,42	2.597.006,48	2.804.767,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	10.780.790,04	20.117.476,30	22.330.398,69	24.451.786,57	26.407.929,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	13.855.053,53	5.622.259,46	6.156.374,11	6.648.884,03
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	141.566.961,65	176.248.285,94	185.878.747,43	203.537.228,44	219.820.206,71
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	495.859,54	-4.399.642,64	4.993.280,54	5.467.642,20	5.905.053,57



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV- RESULTADO NOMINAL



Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	26.746.332,94	25.542.747,96	24.393.324,30	23.295.624,71	22.247.321,59
DEDUÇÕES (II)	815.392,93	917.317,05	1.018.221,92	1.114.953,00	1.204.149,24
Ativo Disponível	11.631.641,55	13.085.596,74	14.525.012,39	15.904.888,56	17.177.279,65
Haveres Financeiros	374.932,83	421.799,43	468.197,37	512.676,12	553.690,21
(-) Obrigações Financeiras	11.191.181,45	12.590.079,13	13.974.987,84	15.302.611,68	16.526.820,61
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	25.930.940,01	24.625.430,91	23.375.102,38	22.180.671,70	21.043.172,35
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	25.930.940,01	24.625.430,91	23.375.102,38	22.180.671,70	21.043.172,35
RESULTADO NOMINAL	(59.905,01)	(1.305.509,10)	(1.250.328,53)	(1.194.430,68)	(1.137.499,35)

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2010: 25.990.845,02



PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V- MONTANTE DA DIVIDA



Art. 4º, §º, Inciso II da LRF

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	26.746.332,94	25.542.747,96	24.393.324,30	23.295.624,71	22.247.321,59
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	815.392,93	917.317,05	1.018.221,92	1.114.953,00	1.204.149,24
Ativo Disponível	11.631.641,55	13.085.596,74	14.525.012,39	15.904.888,56	17.177.279,65
Haveres Financeiros	374.932,83	421.799,43	468.197,37	512.676,12	553.690,21
(-) Restos a Pagar Proc.	11.191.181,45	12.590.079,13	13.974.987,84	15.302.611,68	16.526.820,61
DCL (II) = (I - II)	25.930.940,01	24.625.430,91	23.375.102,38	22.180.671,70	21.043.172,35

[Handwritten signature]

Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2013



AMF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1 - Passivos Contingentes	0,00	Providências indicada	0,00
2 - Riscos Fiscais	0,00	Providências indicada	0,00
3 - Eventos Fiscais Imprevistos	0,00	Providências indicada	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
		%		%		%		%		%		%
Receita Total	103.648.787,05		143.761.535,61	38,70	176.402.948,48	24,10	198.027.272,81	11,00	216.839.863,73	9,50	234.187.052,83	8,00
Receitas Primárias (I)	102.271.671,28		142.062.821,19	38,91	171.848.643,30	20,97	190.872.027,98	11,07	209.004.870,63	9,50	225.725.260,29	8,00
Despesa Total	104.638.933,54		143.316.741,50	36,96	178.402.948,48	24,48	188.270.422,65	5,53	206.156.113,02	9,50	222.648.602,06	8,00
Despesas Primárias (II)	98.446.548,89		141.566.961,65	43,80	176.248.285,94	24,50	185.878.747,43	5,46	203.537.228,44	9,50	219.820.206,71	8,00
Resultado Primário (I - II)	3.825.122,39		495.859,54	(87,04)	(4.399.642,64)	(987,28)	4.993.280,54	(213,49)	5.467.642,20	9,50	5.905.053,57	8,00
Resultado Nominal	2.226.218,95		(59.905,01)	(102,69)	(1.305.509,10)	2.079,30	(1.250.328,53)	(4,23)	(1.194.430,68)	(4,47)	(1.137.499,35)	(4,77)
Dívida Pública Consolidada	20.318.810,15		26.746.332,94	31,63	25.542.747,96	(4,50)	24.393.324,30	(4,50)	23.295.624,71	(4,50)	22.247.321,59	(4,50)
Dívida Consolidada Líquida	18.386.671,52		25.930.940,01	41,03	24.625.430,91	(5,03)	23.375.102,38	(5,08)	22.180.671,70	(5,11)	21.043.172,35	(5,13)

ESPECIFICAÇÃO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
		%		%		%		%		%		%
Receita Total	94.916.471,66		131.409.081,91	38,45	162.925.067,11	23,98	181.676.397,08	11,51	200.036.774,66	10,11	217.040.827,46	8,50
Receitas Primárias (I)	93.655.376,63		129.856.326,50	38,65	156.939.400,27	20,86	175.111.952,27	11,58	192.808.921,25	10,11	209.198.573,02	8,50
Despesas Total	95.823.199,21		131.002.505,94	36,71	162.925.067,11	24,37	172.725.158,58	6,02	190.180.916,07	10,11	206.347.175,22	8,50
Despesas Primárias (II)	90.152.517,30		129.403.072,81	43,54	160.957.338,76	24,38	170.530.960,95	5,95	187.764.970,88	10,11	203.725.863,50	8,50
Resultado Primário (I - II)	3.502.859,33		453.253,69	(87,06)	(4.017.938,48)	(986,47)	4.580.991,33	(214,01)	5.043.950,37	10,11	5.472.709,52	8,50
Resultado Nominal	2.038.662,04		(54.757,78)	(102,69)	(1.192.245,75)	2.077,31	(1.147.090,40)	(3,79)	(1.101.873,32)	(3,94)	(1.054.216,27)	(4,33)
Dívida Pública Consolidada	18.606.969,00		24.448.201,96	31,39	23.326.710,46	(4,59)	22.379.196,61	(4,06)	21.490.428,70	(3,97)	20.818.463,02	(4,06)
Dívida Consolidada Líquida	16.837.611,28		23.702.870,21	40,77	22.488.978,00	(5,12)	21.445.048,05	(4,64)	20.461.874,26	(4,58)	19.502.476,69	(4,69)

Fonte: SEPLAC/FIPE/Relatórios da LRF

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ÍNDICE INFLAÇÃO%/IPCA	5,90	5,60	4,60	4,50	4,50	4,50



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS



2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100
Receita Total	198.027.272,81	181.676.397,08	212,82	216.839.863,73	200.036.774,66	220,88	234.187.052,83	216.239.199,29	226,12
Receitas Primárias (I)	190.872.027,98	175.111.952,27	205,13	209.004.870,63	192.808.921,25	212,90	225.725.260,29	208.425.909,77	217,95
Despesa Total	188.270.422,85	172.725.158,58	202,33	206.156.113,02	190.180.916,07	210,00	222.648.602,06	205.585.043,46	214,98
Despesas Primárias (II)	185.878.747,43	170.530.960,95	199,76	203.537.228,44	187.764.970,88	207,33	219.820.206,71	202.973.413,40	212,25
Resultado Primário (I - II)	4.993.280,54	4.580.991,33	5,37	5.467.642,20	5.043.950,37	5,57	5.905.053,57	5.452.496,37	5,70
Resultado Nominal	(1.250.328,53)	(1.147.090,40)	(1,34)	(1.194.430,68)	(1.101.873,32)	(1,22)	(1.137.499,35)	(1.050.322,58)	(1,10)
Dívida Pública Consolidada	24.393.324,30	22.379.196,61	26,22	23.295.624,71	21.490.428,70	23,73	22.247.321,59	20.542.309,87	21,48
Dívida Consolidada Líquida	23.375.102,38	21.445.048,05	25,12	22.180.671,70	20.461.874,26	22,59	21.043.172,35	19.430.445,38	20,32

Fonte: SEPLAC/FIPE/Relatórios da LRF

Nota:

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico

	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
% TAXA CORRENTE/SELIC	12,50%	11,00%	9,50%	8,00%

	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
ÍNDICE INFLACIONÁRIO %/IPCA	4,60	4,50	4,50	4,50

PIB VAR.% REAL	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
	5,00	5,50	5,50	5,50

PROJEÇÃO PIB (Estadual)	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
	84.000.000,00	88.200.000,00	93.051.000,00	98.168.805,00	103.568.089,28

Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE METAS
 2013



LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2011	% PIB = (I/PIB*100)	II - Metas Realizadas em 2011	% PIB = (II/PIB*100)	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	121.317.841,73	144,43	143.761.535,61	171,14	22.443.693,88	26,72
II - Receitas Primárias (I)	102.271.671,28	121,75	142.062.821,19	169,12	39.791.149,91	47,37
III - Despesa Total	121.317.841,73	144,43	143.316.741,50	170,62	21.998.899,77	26,19
IV - Despesas Primárias (II)	103.290.889,47	122,97	141.566.961,65	168,53	38.276.072,18	45,57
V - Resultado Primário (I - II)	(1.019.218,19)	(1,21)	495.859,54	0,59	1.515.077,73	1,80
VI - Resultado Nominal	1.746.733,79	2,08	(59.905,01)	(0,07)	1.806.638,80	-2,15
VII - Dívida Pública Consolidada	22.249.097,11	26,49	26.746.332,94	31,84	4.497.235,83	5,35
VIII - Dívida Consolidada Líquida	20.133.405,31	23,97	25.930.940,01	30,87	5.797.534,70	6,90

Fonte: SEPLAC/FIPE/Relatórios da LRF

	ANO 2011
PROJEÇÃO PIB (ESTADUAL)	84.000.000,00

(Handwritten mark)



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2013



LRF, art 4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	27.377.903,68	100,00	22.472.734,20	100,00	34.030.955,51	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	27.377.903,68	100,00	22.472.734,20	100,00	34.030.955,51	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	280.459,14	1,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	280.459,14	1,02	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Balanço de Governo / Anexo 14



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2013

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2011	2010	2009
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	344.360,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	344.360,00	0,00	0,00
DESPESAS LIQUIDADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	0,00	0,00	12.112,82
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	0,00	0,00	12.112,82
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	344.360,00	0,00	-12.112,82

Fonte: Relatórios da LRF da Prefeitura



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2009	2010	2011
RECEITAS CONCORRENTES (I)	0,00	0,00	2.965.608,47
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	2.648.484,15
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	317.124,32
Outras receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)	0,00	0,00	3.707.202,77
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	3.707.202,77
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	0,00	0,00	6.672.811,24

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)	0,00	0,00	593.705,18
Despesas Correntes	0,00	0,00	524.639,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	69.065,40
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	0,00	0,00	517.836,45
Pessoal Civil	0,00	0,00	517.836,45
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (IX)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)	0,00	0,00	1.111.541,63
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)	0,00	0,00	5.561.269,61
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	5.637.059,21

Fonte: Balancetes do RPPS



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2009	2010	2011
RECEITAS CONCORRENTES (I)	0,00	0,00	2.965.603,47
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	2.648.484,15
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	317.124,32
Outras receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)	0,00	0,00	3.707.202,77
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	3.707.202,77
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	0,00	0,00	6.672.811,24

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2009	2010	2011
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)	0,00	0,00	593.705,18
Despesas Correntes	0,00	0,00	524.635,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	69.065,40
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	0,00	0,00	517.836,45
Pessoal Civil	0,00	0,00	517.836,45
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (IX)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)	0,00	0,00	1.111.541,63
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)	0,00	0,00	5.561.269,61
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	5.637.059,21

Fonte: Balancetes do RPPS



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2013



LRF, art 4º, § 12º, inciso V

R\$ 1,00

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo/Contribuição	2013	2014		2015
0	0	-	-	-	0
0	0	-	-	-	0
TOTAL		-	-	-	



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS



VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

EVENTO	VALOR PREVISTO 2012
Aumento Permanente da Receita	34.641.412,87
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	9.291.679,87
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	7.149.613,74
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	18.200.119,26
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	18.200.119,26
Saldo Utilizado (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	18.200.119,26



Prefeitura Municipal do Crato
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2013



LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
0	0,00	0	0,00
0	0,00	0	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00